



[Traduções]

Genocídio Econômico no Chile: Segunda Carta Aberta para Arnold Harberger e Milton Friedman

Economic Genocide in Chile: Second Open Letter to Arnold Harberger and Milton Friedman

Andre Gunder Frank (1929-2005)¹

¹Doutor em Economia pela Universidade de Chicago (1957).

Versão original: Frank, A.G. Economic Genocide in Chile: Open Letter to Milton Friedman and Arnold Harberger. **Economic and Political Weekly**, v. 11, n. 24, pp. 880-888, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4364704>. Acesso em 22 maio 2024.

Tradução recebida em 06/05/2024 e aceita em 17/05/2024.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Resumo

Nesta carta, Gunder Frank analisa detalhadamente, no calor dos acontecimentos, as consequências imediatas das políticas implementadas pela Junta Militar chilena, que ascendeu ao poder após o golpe contra o governo de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973. Sob os auspícios e a participação direta e decisiva da Escola de Chicago, por meio da atuação de figuras como Arnold Harberger e Milton Friedman, os destinatários da carta, e de seus discípulos, os “Chicago Boys”, Gunder Frank descreve essa experiência histórica fundante do neoliberalismo como um processo de genocídio econômico. Sob a defesa do “livre mercado”, tal processo teria articulado vastas privatizações, reprimarização econômica, forte concentração e centralização de capitais, sobretudo em mãos estrangeiras, destruição de estruturas e políticas sociais protetivas, acelerada distribuição de renda em favor do capital, superexploração do trabalho, tudo isso franqueado por grande violência contra a população trabalhadora e as forças políticas dissidentes, incluindo assassinatos, prisões e torturas em larga escala, entre tantas outras modalidades de terrorismo de Estado.

Palavras-chave: Ditadura Chilena; Neoliberalismo; Genocídio Econômico.

Abstract

In this letter, Gunder Frank analyzes in detail, in the heat of events, the immediate consequences of the policies implemented by the Chilean Military Junta, which came to power after the coup against the government of Salvador Allende, on September 11, 1973. Under the auspices and direct and decisive participation of the Chicago School, through the actions of figures such as Arnold Harberger and Milton Friedman, recipients of the letter, and their disciples, the “Chicago Boys”, Gunder Frank describes this founding historical experience of neoliberalism as a process of genocide economic. Under the defense of the “free market”, such a process would have articulated vast privatizations, economic reprimarization, strong concentration and centralization of capital, especially in foreign hands, destruction of protective social structures and policies, accelerated income distribution in favor of capital, superexploitation of work, all of this accompanied by great violence against the working population and dissident political forces, including large-scale murders, arrests and torture, among many other types of state terrorism.

Keywords: Chilean Dictatorship; Neoliberalism; Economic Genocide.



Milton Friedman¹ e Arnold Harberger²: vocês devem se lembrar que depois da primeira visita pública de Harberger ao Chile após o golpe militar, escrevi-lhes uma carta aberta em 6 de agosto de 1974. Após a segunda visita de Harberger e o anúncio público da intenção de Friedman de ir também ao Chile, escrevi-lhes um pós-escrito em 24 de fevereiro de 1975. Vocês recordarão que nesta carta aberta e no pós-escrito comecei relembrando a gênese, em meados da década de 1950, quando eu era seu aluno graduado, do "Programa Chile" do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, no qual vocês formaram os chamados "Chicago Boys", que atualmente inspiram e executam a política econômica da Junta Militar no Chile. Passei então a resumir a "lógica" [*rationale*] da política de vocês e da Junta, citando as declarações públicas de Harberger no Chile, bem como os porta-vozes oficiais e a imprensa da Junta. Finalmente, examinei convosco as consequências, especialmente para o povo do Chile, da aplicação desta política de Chicago/Junta por meio da força militar: repressão política e tortura; monopolização e entrega ao capital estrangeiro; desemprego e fome; declínio da saúde e aumento da criminalidade; tudo fomentado por uma política calculada de *genocídio político e econômico*.

Desde o meu último escrito, o repúdio mundial dessa política persistiu e aumentou, tendo culminado na condenação da Junta por violação de direitos humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, numa resolução aprovada por uma vasta maioria que chegou a incluir os Estados Unidos, e na condenação da Junta até mesmo pelo Comitê dos Direitos Humanos da reacionária Organização dos Estados Americanos, dominada pelos EUA. O Senado dos EUA votou pela suspensão da ajuda militar e das vendas de armamentos à Junta Chilena (embora a Câmara dos Deputados esteja disposta a suspender apenas a ajuda e não as vendas à vista). No Clube de Paris, os europeus votaram contra a renegociação da dívida chilena, e no Banco Mundial votaram contra extensão da ajuda financeira à Junta (ainda que o Banco Mundial, dominado pelos EUA, tenha lhe concedido recentemente um novo crédito de 33 milhões de dólares – um tema ao qual teremos de voltar mais adiante). A oposição à política econômica de Chicago/Junta também aumentou amplamente dentro do próprio

¹ Milton Friedman (1912-2006) foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago (1946-1977), recebeu o prêmio de distinção nas Ciências Econômicas do Banco Central Sueco no ano de 1976 (popularmente conhecido como prêmio Nobel, mas que não figurava no testamento original de Alfred Nobel), foi assessor para assuntos econômicos do governo Ronald Regan (1983), além de apresentar um programa de televisão que massificava os preceitos da teoria econômica neoclássica, intitulado *Free to Choose* [Livre para escolher]. [Esta e todas as demais notas de rodapé foram acrescentadas pelos tradutores].

² Arnold C. Harberger (1924-) foi professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago (1953-1991), membro da Academia Americana de Artes e Ciências (1972), membro da Academia de Ciências (1992) e presidente da Sociedade Americana de Economia (1997-1998).



Chile, desde o meu último escrito: os fascistas Pablo Rodriguez Grez (líder da organização terrorista fascista *Patria y Libertad*, opositora ao Presidente Allende) e Orlando Saenz (ex-Presidente da Sociedade de Fomento Fabril, a associação dos industriais chilenos) têm produzido um fluxo constante de críticas à política econômica de Chicago/Junta há mais de um ano, argumentando em defesa do médio e pequeno capital. Ultimamente até o ex-presidente Eduardo Frei³, inicialmente em entrevistas e recentemente em um livro, lançou-se numa ácida crítica à mesma política, enfatizando não só a desestatização, mas, literalmente, a desnacionalização da indústria chilena, como ele diz. Finalmente, de acordo com o *London Times* e outras reportagens, mesmo importantes elementos das forças armadas chilenas, liderados pelo membro da Junta General Leigh⁴, da Força Aérea, demandaram uma modificação da política econômica em curso.

Mais perto de casa, e como vocês sabem muito melhor do que eu, desde que lhes escrevi minha primeira carta aberta, vocês mesmos, Milton Friedman e Arnold Harberger, tornaram-se objeto de severas críticas por seu ativo apoio teórico, político e pessoal à Junta Militar Chilena. Primeiro, houve cartas ao editor e editoriais do *Marron*, periódico estudantil da Universidade de Chicago, repreendendo-os. Depois, um “Comitê Contra a Colaboração de Friedman e Harberger com a Junta Chilena” recebeu um apoio cada vez mais amplo de muitos em seu próprio campus, que sentiram, com razão, que vocês estavam prejudicando a reputação da sua universidade. Em seguida, foi solicitada a abertura de uma Comissão Universitária de Inquérito oficial para examinar a sua colaboração com a Junta Militar no Chile e as suas implicações. Nesse meio-tempo, elementos tão prestigiosos e nada radicais da imprensa americana, como o *New York Times*, e mesmo da imprensa empresarial conservadora, como a *Business Week*, publicaram vários artigos bastante críticos intitulados, por exemplo, "O Chile é um teste ácido para a economia de Friedman - porém a crise se agrava" (*NYT/ Int. Herald Tribune*, 22/3/76). Estas críticas crescentes são a expressão das consequências da política econômica de Chicago/Junta no Chile - não tanto para o povo do Chile, há de se reconhecer, mas sim para o capital empresarial, tanto chileno como internacional, que a maioria destes críticos representa -, particularmente desde que você, Milton Friedman (acompanhado por Arnold Harberger em sua terceira viagem), foi ao Chile

³ Eduardo Nicanor Frei Montalva (1911-1982), presidente do Chile entre 1964 e 1970, eleito pelo Partido Demócrata Cristão.

⁴ Jorge Gustavo Leigh Guzmán (1920-1999), tendo participado ativamente do golpe militar, foi comandante das Forças Aéreas Chilenas e membro da Junta Militar entre 1973 e 1978.



em março de 1975 e prescreveu o que você mesmo chamou de “tratamento de choque”. Iniciado em abril de 1975, esse tratamento foi então aplicado pelo “superministro da Economia” Cauas⁵ em seu “programa de recuperação econômica” de genocídio econômico calculado e organizado de vastas massas do povo chileno. O problema, é claro, de se matar literalmente uma parcela crescente da população chilena e de sufocar um número crescente de empresas chilenas é que, embora esta política proporcione lucros substanciais a um declinante número de capitalistas e conglomerados – cada vez mais estrangeiros, como se queixa [o ex-presidente Eduardo] Frei – em cujas mãos o capital [chileno] está concentrado, esta política é cada vez mais prejudicial aos interesses de grupos de pequenas, médias e até (ex-)grandes empresas cada vez mais amplos. E isto explica a atual intensificação de críticas à política econômica de Chicago/Junta e, em alguns casos, até mesmo a oposição à própria Junta, por parte de representantes ideológicos e políticos de interesses econômicos no Chile e no estrangeiro. Representantes estes que primeiro conspiraram para conduzir a Junta ao poder, depois a apoiaram ou mantiveram-se convenientemente calados diante de seus crimes, e só recentemente chegaram à conclusão de que já era hora de dar um basta.

Como já se passou um ano desde que vocês foram ao Chile, em março de 1975, para prescrever seu tratamento de choque (e um pouco mais desde que lhes escrevi pela última vez, em fevereiro de 1975), e como os dados de 1975 estão sendo disponibilizados, esta pode ser uma ocasião adequada para lhes escrever novamente e examinar como o paciente chileno respondeu ao seu tratamento. Farei isso a seguir, na medida em que o permitirem os muitas vezes conflitantes e nunca muito confiáveis dados fornecidos pela Junta. Mas como o seu tratamento de choque foi, como vocês mesmo admitem, apenas a extensão e a intensificação da política econômica de Chicago/Junta ensinada por vocês há décadas e aplicada pela Junta desde o golpe militar, pode ser apropriado tornar a resumir brevemente os elementos essenciais desta política (desta vez sem depender das longas citações utilizadas em minha carta anterior), e depois rever a implementação do genocídio econômico desde 11 de Setembro de 1973. Isso sem nos determos novamente na repressão política e na tortura sistematizada, já amplamente denunciadas, que, longe de terem diminuído, como alguns poderiam ter esperado, continuaram a suprimir círculos cada vez mais vastos da

⁵ Jorge Elías Cauas Lama (1934-2023), foi designado Vice-Presidente do Banco Central do Chile, em maio de 1974, e em julho de 1974 assumiu o cargo de Ministro da Fazenda, que exerceu até dezembro de 1976. Depois disso exerceu diversas funções em instituições estatais e privadas, como a de embaixador nos Estados Unidos e a de presidente do Banco Santiago, sempre sob os auspícios de Augusto Pinochet.



população, à medida que estes reagiam inicialmente à política de Chicago/Junta e depois ao genocídio econômico e ao fratricídio empresarial do tratamento de choque de Friedman/Cauas.

A política econômica de Chicago/Junta, da qual o tratamento de choque de Friedman é apenas a extensão e a intensificação, pode ser resumida brevemente: começa por liberar quase todos os preços, de modo a aumentá-los várias vezes até atingir "níveis mundiais", elevando simultaneamente a oferta monetária – o que é paradoxal, para um purista de Chicago. Promove igualmente um mercado de capitais "livre" que, além de concentrá-los em conglomerados, também cria os seus próprios instrumentos financeiros, acima e além do controle e mesmo da contabilidade do Estado, ao mesmo tempo que aumenta o montante dos meios de pagamento monetários e a sua velocidade de circulação. Ambas as "liberdades" geram uma inflação galopante cujas consequências e efeitos seguramente pretendidos são a transferência de renda e riqueza do trabalho para o capital, e do capital menor para o capital maior. Para fortalecer o mesmo processo e levar mais longe seus efeitos, a "liberdade" deve ser promovida através da destruição ou cooptação das organizações de trabalhadores e da eliminação de seu poder de barganha, valendo-se de todos os meios para impedir que os salários nominais acompanhem a inflação, tanto no emprego privado como no público. Numa palavra, trata-se de reduzir drasticamente os salários reais, elevando os preços, mas não os salários, aos níveis "mundiais". Ao mesmo tempo, o Estado desfaz-se de empresas do setor estatal a preços de banana em favor do grande capital chileno e, em particular, do grande capital estrangeiro. E isso não vale apenas para empresas que se tornaram propriedade ou que caíram sob o controle do Estado durante o governo anterior, mas também para empresas que haviam sido financiadas por meio de investimento estatal durante mais de uma geração (em 1970, antes de Allende, 70% de todo o investimento no Chile tinha sido financiado pelo Estado, metade diretamente e metade indiretamente, por meio de subsídios ao capital privado). Da mesma forma, institui-se um programa intensivo de contrarreforma agrária, afetando metade das propriedades reformadas e, em média, um quinto dos seus melhores hectares de irrigação básica, e devolvendo cerca de 2 milhões de hectares de terras expropriadas durante os governos Allende e Frei aos seus antigos proprietários e/ou a novos proprietários capitalistas. Isso ao mesmo tempo que se reprime e explora o campesinato e os trabalhadores rurais de forma ainda mais brutal do que a população urbana. Corta-se não apenas os salários, mas também o emprego e os gastos no



setor público, e se converte grande parte do mais avançado sistema de seguridade social e de saúde pública da América Latina (com exceção de Cuba) em um negócio privado que se paga à vista. No setor “externo”, promove-se repetidas desvalorizações, reduzem-se tarifas e outras restrições às importações, e estende-se todo o tipo de favores ao capital estrangeiro, incluindo pagamentos às empresas americanas de cobre [nacionalizadas sob o governo Allende, em 1971] acima dos valores das suas antigas propriedades. Ademais, se “reajusta a balança de pagamentos” reduzindo as importações de bens necessários para satisfazer as demandas essenciais de consumo da população, ao mesmo tempo em que se exporta produtos manufaturados e mesmo alimentícios, que o reduzido poder de compra dos consumidores não lhes permite mais comprar e que os produtores já não podem escoar no mercado interno. Do mesmo modo, reestrutura-se a produção e então se redireciona o investimento para permitir uma ainda maior promoção das exportações “não tradicionais” de alimentos, matérias-primas e manufaturas às custas dos consumidores chilenos, cujas necessidades mais essenciais são crescentemente sacrificadas pela política de Chicago/Junta, intencional, calculada e imposta à força.

Milton Friedman e Arnold Harberger, vamos rever algumas das modalidades e consequências da política de genocídio econômico de Chicago/Junta, usando, na medida do possível, os dados da própria Junta. Podemos começar com a inflação, que é crônica no Chile há mais de uma geração, e se acelera cada vez que os empresários aumentam os preços para conter ou recuperar um declínio cíclico de seus lucros. Tal declínio é então “combatido” por meio da administração de medicamentos prescritos por missões visitantes de “especialistas” do Fundo Monetário Internacional e dos Estados Unidos, [medicamentos estes] que sempre se reduzem a doses de desvalorização, redução de gastos públicos e depressão da taxa salarial (que é essencialmente a mesma receita que vocês elevaram a doses de “choque”). Durante a relativa recuperação industrial da primeira metade do governo do presidente [Eduardo] Frei, a inflação oficial de dezembro a dezembro diminuiu de 38% em 1964 para 17% em 1967. Mas com o início da recessão em 1967, durante a qual a taxa de crescimento industrial diminuiu notavelmente, a taxa de inflação voltou para 28% em 1968, 29% em 1969 e 34% em 1970, a despeito do fortalecimento dos “controles de preço”. Allende reduziu a inflação de dezembro a dezembro para 22% em 1971. Com dificuldades econômicas crescentes, principalmente causadas pelos interesses econômicos que pavimentaram o



caminho para o golpe militar, a inflação se elevou novamente e disparou para 163% em 1972, e 165% entre janeiro e agosto de 1973, segundo dados publicados pela Junta.

Mas depois do golpe militar, em 11 de setembro de 1973, e de acordo com os próprios dados publicados pela Junta, o índice de preços ao consumidor disparou para atingir 508% de inflação durante todo o ano de 1973, ou seja, subindo outros 343% entre setembro e dezembro, dos quais 88% apenas no mês de outubro de 1973. Outras estimativas assinalam a inflação de 1973 em mais de 1.000%, especialmente em relação aos bens de primeira necessidade; e a própria Junta por vezes tem utilizado um valor de 1000%, mas atribuindo-o à administração Allende, a fim de argumentar, por comparação, que a Junta “reduziu” a taxa de inflação. No entanto, pelos seus próprios índices, a Junta elevou a taxa de inflação no seu primeiro ano, entre setembro de 1973 e setembro de 1974, para 611%. Outras estimativas colocam a taxa real de inflação em 1.270% para o primeiro ano de governo da Junta. Para o ano 1974, o índice oficial de preços ao consumidor da Junta registra um aumento de 376% entre janeiro e dezembro. Após a imposição do seu "tratamento de choque anti-inflacionário" (cujo custo examinaremos mais tarde), a taxa de inflação foi "reduzida" para 340% durante o ano de 1975. É verdade que a inflação do segundo semestre, entre 7% e 8% ao mês, foi inferior à inflação do primeiro semestre de 1975, mas de acordo com a experiência isso é "normal" no Chile, e durante os primeiros meses de 1976 a inflação mensal subiu novamente para mais de 10%. Em resumo, calculando a partir do próprio índice de preços ao consumidor da Junta, o nível de preços no Chile, de setembro de 1973 a dezembro de 1975, aumentou 92 vezes (mais de 9.100%⁶). O nível real de preços ao *consumidor* deve ter aumentado *pelo menos o dobro*. Com efeito, um dos poucos artigos que ainda está sujeito a controles de preços e para o qual, portanto, ainda existe um preço oficial é aquele que é – e agora ainda mais, devido à falta de renda – o principal alimento básico de consumo, o pão. E o preço oficial do pão em dezembro de 1975 era de 2,50 pesos novos, ou seja, 2.500 escudos velhos, o quilo. Ou seja, a *inflação do preço do pão* foi oficialmente de 227 vezes (22.600%)⁷! Isto é duas vezes e meia o “índice de preços ao consumidor” oficialmente calculado! Em comparação, o "salário de subsistência" mensal oficial (*sueldo vital*) aumentou cerca de 10 vezes, de aproximadamente 10.000 escudos [ou 10 pesos] em setembro de 1973 para 99.000 escudos (ou 99 pesos) em dezembro de 1975. O salário mínimo oficial por hora

⁶ No original, 9.200%.

⁷ No original, 22.700%.



subiu 25 vezes, e o salário mínimo mensal dos funcionários públicos se elevou entre 40 e 60 vezes, dependendo dos bônus. Assim, os salários mínimos e salários oficiais aumentaram apenas pequenas frações – $1/20$, $1/10$, $1/5$ - do aumento oficial dos preços. Utilizando os números da Junta, surge o seguinte índice de salários reais: janeiro de 1970: 100; dezembro de 1970: 102; dezembro de 1971: 127; dezembro de 1972: 107; março de 1973: 121; junho de 1973: 92; setembro de 1973: 80; janeiro de 1974: 76; abril de 1974: 47; maio de 1974: 62; julho de 1974: 57. O ex-presidente Frei agora estima o declínio do rendimento real dos assalariados em pelo menos 35% desde 1969, durante sua administração, omitindo assim qualquer menção ao aumento do rendimento real dos trabalhadores durante a administração Allende, registrado até mesmo nos números da Junta. Outras estimativas indicam que, no final de 1975, o rendimento real dos assalariados urbanos mais pobres declinou para $1/3$ ou mesmo para 28% do que era em 1972. A parcela da renda nacional açambarcada pelos 5% mais ricos aumentou de cerca de 25% para cerca de 50%, enquanto a parcela da renda nacional destinada a salários e vencimentos, que era de 51% em 1969, sob a administração Frei, e que foi elevada para 64% em 1971/72 por Allende, foi diminuída ou comprimida para cerca de 38% em 1974/75, por meio da força militar e do “livre mercado” propalado pela política econômica de Chicago/Junta.

Os efeitos dessa compressão dos salários e vencimentos sobre a renda real podem ser *parcialmente* aferidos por algumas estimativas de consumo - ainda que estas sejam médias numa distribuição cada vez mais desigual do rendimento e mesmo de salários e vencimentos, e que não levam em conta a crescente perda de rendimentos decorrente do desemprego e de outras causas. As estimativas de consumo [de alimentos] em quilos por pessoa, publicadas no Chile pela revista jesuíta *Mensaje* (n. 239, de junho de 1975, p. 242), e que infelizmente só vão até 1974, ou seja, antes do seu tratamento de choque deprimir novamente o consumo das massas, podem ser resumidas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Consumo anual médio (quilogramas por pessoa)

Item	1970	Média de 1971-73	1974	Declínio porcentual (1974/71-73)
Trigo	176	184	170	8%
Arroz	11,5	9,7	4,8	50%
Feijão	5,5	6,1	4,4	28%
Açúcar	33	35	28	20%



Leite (litros)	132	166	127	23%
Óleo vegetal	6,4	7,6	6,7	12%
Carne de porco/carneiro/frango	4,2	4,8	4	17%
Todas as carnes, sobretudo bovina	31,3	28,8	28,3	2%

Fonte: elaboração própria.

O consumo de batata aumentou, mas está concentrado no Sul, onde são cultivadas e de onde, por razões de volume, não podem ser facilmente exportadas. O *declínio* no consumo *médio* de calorias até o final de 1974 é de 15%. A Confederação de Funcionários Privados (CEPECH) construiu uma estimativa orçamentária para seus membros que ganham um salário mínimo e possuem três dependentes (uma família de quatro pessoas). Conferir a Tabela 2.

Tabela 2 – Salário mínimo e gastos médios (em escudos)

	Fevereiro de 1974 (publicado em março de 1974)	Junho de 1974 (publicado em julho de 1974)
Salário mínimo	37.000	57.000
Gasto mínimo com alimentação	36.000	67.000
Gasto mínimo total	76.000	152.000
Déficit gastos-salários	39.000 (51%)	95.000 (63%)

Fonte: elaboração própria.

Outras estimativas orçamentárias são de que 45 quilos de pão, 45 litros de leite e 100 passagens de ônibus municipais custavam 17% do menor salário mensal de um funcionário público em setembro de 1973, e que esse mesmo consumo desse mesmo funcionário público comprometia, em julho de 1975, 73% do seu salário. Não é de admirar que o consumo de leite, para não falar de outros "luxos", como bens de consumo correntes e a ida ao cinema e ao futebol, tenham decaído, e que em julho de 1975 as passagens de ônibus vendidas em Santiago totalizassem 12 milhões, ou 32% menos do que "normal", já que operários e empregados são cada vez mais forçados a irem a pé para o trabalho, para ganharem - literalmente - o pão de cada dia. Como, além do pão, a passagem de ônibus é o outro principal item cujo preço é fixado oficialmente, é fácil calcular que, de acordo com os preços e o "salário de subsistência" (*sueldo vital*) oficiais, em fevereiro de 1974 apenas o consumo de pão de uma família e as passagens de ônibus necessárias para ganhá-lo equivaliam a cerca



de 80% do “*sueldo vital*”, e que em fevereiro de 1975, apenas o custo do pão, sem o ônibus, correspondia a 74% do “*sueldo vital*”. De fato, a partir dos preços oficiais do pão e das escalas oficiais de salários e vencimentos, podemos avaliar o genocídio econômico de Chicago/Junta, medindo os salários em unidades de pão (Tabela 3).

Tabela 3 – Genocídio econômico (salários em unidade de pão)

Data	Salário mínimo de um funcionário público expresso em quilo de pão por dia	Salário-hora mínimo expresso em quilo de pão por hora	Horas de trabalho necessárias para ganhar um quilo de pão com um salário mínimo
Setembro de 1973	22	1,45	0,69
Mai de 1974	–	0,41	2,54
Setembro de 1974	11	–	–
Novembro de 1974	9	–	–
Fevereiro de 1975	–	0,17	5,78
Março de 1975	4	–	–
Dezembro de 1975	2,8-4	0,16	6,1

Fonte: elaboração própria.

De acordo com o preço oficial do pão de 2,50 pesos o quilo (2,2 libras) e do salário mínimo oficial de 0,41 pesos por hora, em dezembro de 1975, sob o domínio da Junta Militar e com o conselho e consentimento dos seus Chicago Boys e de vocês pessoalmente, Milton Friedman e Arnold Harberger, uma hora de trabalho comprava 160 gramas de pão, sendo necessário trabalhar mais de seis horas para comprar um quilo de pão — se a remuneração alcançasse um salário mínimo! Para ganhar o equivalente aos 99 pesos mensais correspondentes ao “*sueldo vital*”, recebendo o salário mínimo de 0,41 pesos por hora, era preciso trabalhar 241 horas por mês ou 55 horas por semana, e ir a pé para o emprego — se se conseguisse um emprego!

Mas graças à política de genocídio econômico de Chicago/ Junta, cada vez menos pessoas no Chile conseguem algum trabalho. As taxas oficiais de desemprego em Santiago são as seguintes:

Tabela 4 – Taxa média de desemprego (em %)

Período	Porcentagem
1964-66	5
1967-69	6



1970	7
Dezembro de 1970	8,3
1971	5
1972	4
Julho de 1973	3
Agosto-setembro de 1973	4
Agosto-setembro de 1974	8
Agosto-setembro de 1974 – Construção	14
Dezembro de 1974	9
Janeiro-março de 1975	12
Maiο-junho de 1975	15
Agosto-setembro de 1975	16
Agosto-setembro de 1975 – Construção	35
Outubro de 1975	17,4
Outubro de 1975 – Estimativa sindical	50

Fonte: elaboração própria.

O reacionário Instituto de Economia da Universidade do Chile, que apoia a Junta, estima que o desemprego em Santiago era de 20% no final de 1975. Outras estimativas contabilizavam 25% ou mais de desemprego real. Ou seja, numa população de cerca de 10 milhões de pessoas, de acordo com último censo, e com uma força de trabalho de cerca de 3 milhões de pessoas, o desemprego situa-se entre 600.000 e 700.000, ou mais de 2,5 milhões de pessoas, considerando os familiares dependentes. E isto sem contar os cerca de 40.000 assassinados pela Junta, os cerca de 10.000 ainda em campos de concentração (por onde passaram cerca de 300.000, uma vez ou outra, desde o 11 de setembro de 1973), e deixando de fora as várias centenas de milhares que procuraram escapar à repressão política de Chicago/Junta emigrando do Chile para todos os cantos do mundo, mas particularmente para a vizinha Argentina, de onde a nova Junta Militar desse país começa agora a enviá-los de volta.

A própria Junta e o Decano de Ciências que ela designou para a Universidade [do Chile] queixam-se de que cerca de um quarto do pessoal científico e técnico já deixou o país, e que na própria Faculdade de Ciências a taxa de deserção aumentou de quatro funcionários por mês, sob a administração “marxista totalitária” de Allende, para 11 por mês, sob a “liberdade” da Junta, de modo que o último a sair será em breve convidado a apagar as luzes. Em 1974, o Cardeal do Chile, cuja Igreja teve participação ativa na organização do programa de refugiados, estimou o número de emigrados em 120.000; mas com a continuação da



repressão política e a duplicação do desemprego oficial, o número de emigrados do Chile certamente mais do que duplicou desde então. Além disso, o desemprego entre aqueles que permanecem no Chile, como em todo o mundo, está distribuído de forma muito desigual, de modo que os relatórios da Igreja Católica, que citam fontes paroquiais, falam de distritos urbanos com 86% de desemprego – e 92% de desnutrição. Fontes da Igreja Católica também relatam casos frequentes de desmaios de crianças na escola devido à fraqueza causada pela falta de comida, de vômitos em crianças pequenas cujos estômagos famintos rejeitam a comida oferecida nos "programas de merenda escolar" da Igreja, e mesmo os poucos jardins de infância públicos foram agora ordenados a aceitar apenas crianças subnutridas! A política econômica de Chicago/Junta de "saneamento" (saneamento), "recuperação" e o seu "tratamento de choque", Milton Friedman e Arnold Harberger, é uma política calculada de genocídio econômico que está a produzir uma geração de pessoas que sofrem de desnutrição e atraso no desenvolvimento mental numa escala nunca registrada na história dos tempos de paz, independente da época ou do lugar.

O genocídio econômico, como política calculada, é implementado de forma consciente e intencional não apenas por meio de [políticas de] preços e produção, mas também por meio [da política] de exportação e importação. Assim, em 1º de outubro de 1975, *El Mercurio* informou que

Raimundo Perez, Diretor Zonal [de Agricultura] em Taica, disse que, em sua opinião, o Chile poderia se tornar um exportador de arroz [...]. O Chile, que já foi um grande consumidor de arroz, deixou de sê-lo devido ao seu alto preço. Para o Diretor Zonal de Taica, o arroz deixou de ser um alimento de consumo massivo e passou a ser um alimento de luxo.

Sob o título de "Diversificação das Exportações", *El Mercurio* (22 a 28 de setembro de 1975, Edição Internacional) declarou em um editorial:

Aos poucos, a agricultura do país está se tornando um fator importante em nossa pauta de exportação, ao mesmo tempo que os alimentos se tornam um item cada vez menos importante da pauta de importação do país. Portanto, as previsões mostram o Chile como um exportador líquido de produtos agrícolas antes do final da década.

Rodrigo Zavala Illanes, Diretor da Quarta Região Agrícola, explicou ao *El Mercurio* que, em sua opinião, "pela primeira vez na história um Governo dá à agricultura a prioridade e a importância que ela merece. Especificamente, os planos para a Quarta Região são para orientar produção agrícola para exportação".



A intenção do genocídio econômico e a prática de gabar-se continuamente por sua implementação são claros. Os dados até agora são muito menos. Os seguintes dados para importações, exportações e saldo líquido do comércio exterior de produtos agrícolas e de alimentos provenientes do mar foram recentemente citados por porta-vozes da Junta ou podem ser calculados e projetados a partir de suas declarações (conferir a Tabela 5). O vice-presidente da Empresa de Comércio Agrícola (ECA), Hernan Garcia, cita os seguintes números de importação de trigo (em milhares de toneladas): 1973: 1.270; 1975: 700 (outros dados: 650); acrescentando que neste último ano a produção nacional ascendeu a 5,5 a 6 meses de consumo interno, o que implica que o consumo total foi de cerca de 1.400.000 toneladas em 1975. Em 1973, ainda segundo Garcia, a produção nacional de trigo era suficiente apenas para sementes e macarrão. Mas os dados publicados pela própria Junta indicam que a produção em 1973 foi de 810.000 ou 746.000 toneladas de trigo. Isto significa que, segundo fontes oficiais, o consumo total de trigo em 1973 ultrapassou 2.100.000 toneladas, e que em 1975 tinha sido reduzido para cerca de 1.400.000 toneladas. Mesmo se aceitarmos o número frequentemente publicado pela Junta de 1.003.000 toneladas de produção de trigo em 1975 (o que é desmentido pela revelação de Garcia), o consumo total de trigo em 1975 só teria atingido 1.700.000, o que ainda está bem abaixo das mais de 2.100.000 toneladas de 1973. Em 1972, a produção de trigo tinha sido de 1.145.000 toneladas, e as importações talvez outros 1.000.000 ou mais. Assim, os porta-vozes da Junta e mesmo os seus números contraditórios deixam bem claro que a política de genocídio econômico de Chicago/Junta consiste em equilibrar o orçamento de importação/exportação de alimentos através da fome da população. Esta política econômica genocida é claramente implementada também por meio da precificação agrícola e da política de exportação. Assim, a Junta reivindica o sucesso da sua política agrícola porque, entre os anos agrícolas de 1973/74 e 1974/75, a área semeada e a produção das cinco maiores culturas - trigo, arroz, beterraba sacarina, canola e oleaginosas - aumentaram em 37% para o trigo, 122% para o arroz, e cerca de 70% para cada uma das outras três culturas. Mas o que a Junta não menciona é que a área semeada foi particularmente baixa na primavera de 1973, porque o golpe militar aterrorizou a população rural e impediu que a semeadura fosse feita no devido tempo. Além disso, cada uma das culturas acima mencionadas teve seus preços sustentados pela Junta, o que incentivou a sua produção, parte da qual foi posteriormente destinada à exportação. Ao mesmo tempo, a área semeada e a produção de alimentos básicos e de fontes de proteína diminuiriam em 9%



para o milho, 27% para a batata, 22% para lentilhas, ervilhas e grão de bico, 1% para o feijão e 16% para cevada e aveia. Os produtores capitalistas e os camponeses responderam à política agrícola e de preços da Junta, e reduziram a área total semeada em 5%.

Tabela 5 – Importações, exportações e saldo comercial de produtos agrícolas e frutos do mar (em milhões de dólares)

Ano	Importações				Exportações			Saldo	
	1) M.A.	2) S.A.	3) P.B.C	4) Outros	5) S.A.	6) BC	7) P.B.C	8) P.B.C.	9) M.A.
1972	-	600	-	-	-	19	-	-	-
1973	-	800	600	700	29	25	25	575	-
1974	550	330	460	414-560	71	55	50	410	-
1975	330	130	320	255-330	110	86	100	210	120
1976	-	-	200	-	-	-	200	0	-

Fontes: 1) Ministro da Agricultura Tucapel, *El Mercurio*, 31 de outubro de 1975; 2) Subsecretário de Agricultura Gazmuri, *El Mercurio*, 9 de outubro, 1975; 3) Presidente do Banco Central Baraona, *El Mercurio*, 13 de dezembro de 1975; 4) Outras fontes e extrapolações de dados correspondentes a menos de um ano; 5) Subsecretário de Agricultura, Gazmuri; 6) Dados do Banco Central publicados em *El Mercurio*, 22 e 29 de fevereiro, 1976; 7) Mesma que 3; 8) O mesmo que 3 e 7; 9) Mesma que 1.

Ao mesmo tempo que a população sofria cada vez mais com a fome, a Junta - como orgulhosamente proclamam o Presidente do Banco Central e o Vice-Ministro da Agricultura - não poupou esforços para aumentar as exportações de alimentos não-processados e processados. Os dados são conflitantes, mas ainda assim reveladores: segundo o *El Mercurio* (16 a 22 de junho de 1975), tais exportações se elevaram de 29 milhões de dólares em 1973 para 63 milhões de dólares em 1974, um aumento de 120%; ou, de acordo com a Embaixada dos EUA, subiram para 40 milhões de dólares, um aumento de apenas 50%. Dados dispersos contrapondo 1975 a 1974 indicam um aumento de 87% nos produtos agrícolas, de carne e de marisco, e de 195% dos alimentos processados, no período janeiro a agosto de cada ano. Entre janeiro e novembro, as cifras são de 60% e 108%, respectivamente. Evidentemente esses dados não foram corrigidos para alterações de preços, mas refletem a política de restrição das importações e de estímulo às exportações por meio de contínuas desvalorizações – de 600% só em 1975. O *El Mercurio* (de 22 a 29 de fevereiro de 1976) publicou um quadro mais completo das exportações, a partir de fontes do Banco Central, quadro esse que, no entanto, em muitos aspectos entra em conflito com outras declarações, incluindo aquelas do próprio Presidente do Banco Central. Pode-se resumi-lo na Tabela 6. A política de exportar cada vez mais alimentos enquanto a população passa cada vez mais fome



(isto é, por deliberadamente matar a população de fome, uma vez que a produção de alimentos não aumentou no mesmo ritmo) é claramente visível nas linhas 6 e 7, e em sua adição na linha 8. Elas indicam uma exportação média de todos os produtos alimentares de 37 milhões de dólares por ano entre 1970 e 1973, que depois aumentou para 73 milhões em 1974, e quadruplicou para 159 milhões de dólares em 1975 (certamente muito mais do que a inflação, que não afetou especialmente as exportações chilenas de frutas, vegetais e mariscos). De fato, em 1975, o Chile, tradicional importador de cana-de-açúcar, exportou a sua própria produção de beterraba sacarina e mesmo a cana-de-açúcar que havia importado, depois de moê-la nas agora ociosas refinarias chilenas. E isso a despeito da queda dos preços do açúcar! Em dois anos de genocídio econômico da Junta, a exportação de alimentos saltou de 3% do total das exportações em 1972/73 para mais de 10% em 1975, e de 16% para 25% das exportações não relacionadas com o cobre, de acordo com os números da própria Junta. Isso enquanto o consumo doméstico de calorias diminuiu 15% durante o primeiro ano de governo da Junta, e numa proporção adicional desconhecida durante o segundo ano, quando se intensificou sua política de genocídio econômico.

Tabela 6 - Exportações chilenas (em milhões de dólares)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Total	1095	960	982	1302	2139	1535
Cobre	855	702	658	1085	1654	905
Todas as demais (T.d.)	241	258	174	217	486	630
T.d. tradicional	154	169	112	149	197	270
T.d. não tradicional	87	89	62	68	189	360
Produtos agrícolas e frutos do mar	32	29	19	25	55	86
Indústria alimentícia	14	11	10	9	18	73*
Todos os alimentos	46	40	29	34	73	159
T.d. não alimentar	39	46	31	32	114	197
Mineração, exceto cobre	2	2	2	1	1	4

* (39 açúcar)

Fonte: Elaboração própria

A tabela sobre as exportações também revela dois outros aspectos importantes, um que escapa ao controle da Junta/Chicago, e o outro que é deliberado. As receitas totais de exportação caíram de 2 bilhões de dólares em 1974 para 1,5 bilhão em 1975, pois, com a



recessão mundial induzida, o preço do cobre declinou em quase 50% e a CIPEC⁸ concordou em restringir a sua produção, de modo que os ganhos do Chile com o cobre caíram de 1,6 bilhões para 0,9 bilhão de dólares. Mas a referida tabela também mostra que, no primeiro ano do governo da Junta, o boom do preço do cobre em 1974 aumentou as receitas totais e as relativas ao cobre entre 1973 e 1974 num montante equivalente ao seu subsequente declínio. Isto é, durante o primeiro ano do seu governo, a Junta desfrutou de receitas de exportação excepcionalmente favoráveis, tanto totais quanto relativas ao cobre, o que não pode ser atribuído à política de genocídio econômico de Chicago/Junta. A outra mudança reveladora — que reflete a reação da Junta ao declínio do preço do cobre, e que representa a política que a Junta anuncia constantemente como o seu maior sucesso — é o aumento de seis vezes nas exportações industriais não alimentares, de 32 milhões para 197 milhões de dólares. O que, com a elevação em quatro vezes nas exportações de alimentos acima mencionado, soma-se ao aumento de quase seis vezes no que a Junta chama de exportações "não tradicionais", de 68 milhões para 360 milhões de dólares. Mas este aumento das exportações é também o resultado e o reflexo da negação destes produtos manufaturados tanto ao consumidor chileno, cujos rendimentos e poder de compra foram drasticamente reduzidos, quanto à indústria chilena, na condição de insumos. Uma vez que a demanda interna tem sido eliminada, ela é obrigada a exportar sua produção — eis a política deliberada "pró-Chile" de Chicago/ Junta, de cujo "sucesso" tanto se orgulha.

Esse aumento relativamente expressivo das exportações industriais à custa de um declínio quantitativamente muito maior da produção industrial e do Produto Nacional Bruto pode muito bem agradar à Junta, a alguns dos produtores industriais (os poucos que podem lucrar mais com o aumento das exportações do que com a perda decorrente da queda na produção), aos exportadores e aos importadores estrangeiros (embora muito menos aos consumidores finais) que podem agora comprar produtos manufaturados chilenos produzidos com salários de fome e depois vendidos no estrangeiro a preços *stop-loss*⁹, ainda por cima subsidiados pela Junta. Mas o mesmo não pode agradar o crescente número de industriais para quem a política de Chicago/Junta resulta em produção a 50% ou menos de capacidade utilizada, ou em sua falência e posterior absorção por parte dos cada vez menos

⁸ Conselho Intergovernamental de Países Exportadores de Cobre, criado em 1967, incluindo países como o Chile, o Peru, a Zâmbia, o Congo e Papua Nova Guiné.

⁹ O *stop-loss* (literalmente, a "interrupção da perda") é um mecanismo utilizado em mercados financeiros que garantem a compra ou a venda automática de um ativo uma vez atingido determinado preço alarmantemente baixo ou alto. Aqui, a expressão significa que os preços atingiram níveis extremamente baixos.



numerosos capitalistas chilenos, e dos ainda menos numerosos capitalistas estrangeiros proprietários de capital chileno. Não pode agradar nem mesmo os capitalistas estrangeiros cujos lucros e/ou oportunidades de investimento no Chile estão sendo erodidos pela política de Chicago/Junta. Estes senhores e os seus porta-vozes políticos e ideológicos podem ter dado o seu apoio total à política de Chicago/Junta enquanto o seu genocídio econômico "simplesmente" cortava pela metade os salários dos seus trabalhadores com uma baioneta. Porém, perderam cada vez mais o entusiasmo quando a continuação e a intensificação desta mesma política, por meio do tratamento de choque, resultaram em suas próprias gargantas empresariais ou pelo menos suas artérias industriais sendo diretamente e indiretamente cortadas pela mesma baioneta, por meio do declínio no poder de compra [da população chilena]. E recentemente devem ter se juntado aos descontentes até mesmo alguns agricultores que, junto com o grande capital chileno e estrangeiro, foram os principais beneficiários e apoiadores da Junta quando esta mesma política, somada ao declínio de 50% na aplicação de fertilizantes e pesticidas, em 1975, resultaram em perdas de até 40% de sua colheita de trigo ao sul de Santiago, no início da temporada de colheita de 1976. Isto implicaria em uma colheita de trigo próxima de 600.000 toneladas para 1975/76 (em comparação com 1.368.000 toneladas em 1970/71), o que remonta ao nível mais baixo atingido durante a depressão de 1932/33! E é por isso, Milton Friedman e Arnold Harberger, que a sua política está perdendo apoio, como já observado, mesmo junto aos fascistas, a [Eduardo] Frei, a setores do exército chileno, e a alguns interesses econômicos e políticos norte-americanos e europeus. Não é de admirar que, quando a Sociedade de Fomento Fabril (que de repente também esqueceu convenientemente os anos Allende em que a produção industrial aumentou!) agora estima a produção industrial em agosto de 1975 em 72% da que se verificou no ano pré-Allende de 1969 – que por sua vez caiu durante o período de recessão econômica da administração Frei, nos anos de 1967/68 e 1970. Não é de admirar que, do meio para o final de 1975, tenham sido registadas taxas de utilização da capacidade instalada de 45% para a indústria têxtil; 44% para a indústria do calçado (que atualmente exporta para os EUA e a Europa); 52% para a indústria de móveis; 13% para a indústria de vidro (que reflete o declínio da construção e que não pode exportar os seus produtos); 35% para outros materiais de construção; 28% para produtos de cobre (apesar de um aumento de 20% nas exportações, ao mesmo tempo em que a demanda interna caiu de 12.000 para 5.000 toneladas); e 80% para a indústria de processamento alimentar que, como observamos, tem



conseguido aumentar significativamente as suas exportações (embora a exportação de conservas de fruta tenha diminuído em 40% entre 1974 e 1975). A produção automotiva planejada para 1975 foi de 23.000 veículos, e a produção efetiva foi de 6.000 veículos. A produção de aço, que atingiu 450.000 toneladas, enquanto o consumo interno alcançava 550.000 toneladas, caiu em 1975 para 330.000 toneladas, das quais 130.000 toneladas foram consumidas domesticamente e 200.000 toneladas foram exportadas. Não admira que as exportações “não tradicionais” tenham aumentado. Mas isso não foi suficiente para satisfazer as empresas metalúrgicas, que relataram 80%, 60%, 50%, 20% e 15% de utilização de sua capacidade instalada, embora em 1975 a exportação de produtos metálicos tenha aumentado em 433%, segundo a Junta!

Podemos recapitular brevemente o “saneamento” e a “recuperação” da economia, que é como a Junta designa a política econômica que as suas teorias, seus treinamentos, e seus conselhos pessoais promoveram, Milton Friedman e Arnold Harberger. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, dominado pelos EUA, o Produto Nacional Bruto (PIB) chileno foi o seguinte (em milhões de dólares americanos): 1960: 5068; 1970: 7820; 1971: 8423; 1972: 8540; 1973: 8202; e 1974: 8612, refletindo o salto nos preços do cobre. Para 1975, o Departamento de Comércio dos EUA fornece uma estimativa preliminar de um declínio de 10% no PIB, e [Eduardo] Frei estima-o em 12%. O Instituto de Economia da Universidade do Chile, apoiador da Junta, estima esse declínio entre 12% e 14%. Se a produção agrícola diminuir mais do que a Junta já admitiu, o declínio total do PIB terá sido ainda maior. Fazendo uma média entre as estimativas de Frei e do Instituto de Economia, uma queda do PIB de 13% o deixaria num patamar de 7.492 milhões de dólares em 1975, mais de 4% inferior ao de 1970, e mais de 12% abaixo do ano de 1972, sob o governo de Allende! O investimento real em instalações físicas e na construção diminuiu cerca de 30% em 1975. No que tange às variações da produção industrial, os seguintes números foram disponibilizados pela Sociedade de Fomento Fabril (SOFOFA) - salvo indicação em contrário - e do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) do governo:

Tabela 7 – Variação da produção industrial (em %)

Período	Varição
1970-1	12%
1970-2	17%
1971-2	4%



Janeiro-agosto de 1973/janeiro-agosto de 1974	-1,5%
1973-4	0% ¹⁰
1973-4 ("produtos de consumo habitual" = 45% da produção industrial)	-5% (SOFOFA)
1973-4 (construção)	-15%
Janeiro de 1974 a janeiro de 1975 (produção)	-18%
Janeiro de 1974 a janeiro de 1975 (vendas)	-14%
Janeiro-março de 1974/janeiro-março de 1975	-15%
Janeiro-maio de 1974/janeiro-maio de 1975	-17%
Janeiro-junho de 1974/janeiro-junho de 1975	-18%
Janeiro-julho de 1974/janeiro-julho de 1975	-22%
Janeiro-agosto de 1974/janeiro-agosto de 1975	-24%
Janeiro-novembro de 1974/janeiro-novembro de 1975	-24%
1974-5	-25%
1974-5	-30% (outras estimativas)

Numa palavra, sob a administração Allende a produção industrial inicialmente aumentou muito rapidamente, sobretudo no que se refere aos bens de consumo de massa, e depois estagnou à medida que o boicote nacional e estrangeiro se tornou cada vez mais rigoroso. Sob o domínio da Junta, de saída a produção industrial diminuiu marcadamente para os bens de consumo de massa, imediatamente afetados pela política de depressão salarial e de contração da demanda promovida por Chicago/Junta. Já a indústria de bens de produção continuou crescendo, porém apenas num primeiro momento, tendo eventualmente atingido uma taxa de “crescimento” global de 0% nesse primeiro ano. No início do segundo ano de governo da Junta, a produção industrial declinou cerca de 15%, e após a aplicação de seu tratamento de choque, a partir de abril de 1975, Milton Friedman, a produção industrial de bens de capital também declinou rapidamente, totalizando uma queda de 40% em 1975, de modo que agora 26 dos 30 setores da indústria chilena apresentaram contração (e com isso a oposição industrial aumentou concomitantemente): a produção industrial total diminuiu para 25% do que era ano antes.

Milton Friedman e Arnold Harberger, as consequências imediatas da aplicação do tratamento de choque que vocês prescreveram em suas conversas com o próprio Pinochet, durante sua visita de março de 1975, já são visíveis na economia chilena e emergem de nossa revisão geral da política deliberada e calculada de genocídio econômico, desnacionalização, desindustrialização, promoção de exportações etc., desenvolvida por Chicago/Junta. Não

¹⁰ Média entre a estimativa de -2% (INE) e de 2% (SOFOFA).



obstante, talvez convenha examinar mais profundamente a lógica e as consequências desse tratamento de choque *per se*.

À época de sua visita, Milton Friedman, a Junta repetidamente argumentou que a política econômica inspirada por Chicago e administrada pelos Chicago boys, assim como suas consequências, até então haviam sido necessárias para promover o “saneamento” (*saneamento*) das marcas destrutivas deixadas pelo governo Allende de Unidade Popular. Mais recentemente, a menção à administração Allende desapareceu dos pronunciamentos oficiais, e as comparações com os anos Allende são agora cuidadosamente evitadas tanto pela Junta como pela sua leal oposição. Desde o declínio do preço do cobre e do aumento do preço do trigo e do petróleo importados, e particularmente desde o aprofundamento da recessão de 1974/75 em todo o mundo capitalista industrializado, a Junta atribuiu toda a culpa pelas consequências de sua política econômica à crise econômica mundial. Quando você chegou ao Chile, Milton Friedman, você disse à Junta que a herança de Allende e a crise eram relevantes, mas que havia chegado a hora de a Junta assumir a responsabilidade por suas próprias ações e pelas dos “Chicago boys”, de reconhecer seus erros, e de proceder rapidamente para corrigi-los. Qual foi, na sua opinião, Milton Friedman, a essência dos erros deles? A Junta efetivamente fez com que o paciente chileno engolisse o remédio de Chicago, como Harberger observara em visitas anteriores. Porém não enfiou quantidade suficiente desse medicamento na garganta do paciente, nem o fez com a rapidez e a força necessárias. Aí reside a responsabilidade e o erro essenciais da Junta, segundo o seu argumento. A Junta respondeu que tinha feito o melhor que podia, dadas as circunstâncias, e que você, Milton Friedman, não estava sendo realista ao exigir tanto e ao sustentar que as circunstâncias (Allende, crise e todo o resto) não podiam desmentir sua teoria. De fato, a Junta deixou os preços livres visando cortar salários e concentrar renda e riqueza, como observamos anteriormente, imprimiu dinheiro a uma taxa de aumento de 350% a 370% por ano, enquanto a velocidade de circulação (ou de gasto) deste dinheiro crescia de 9 para 18 vezes por ano entre 1970 e 1974, e testemunhou a rotação das contas bancárias duplicar de janeiro/fevereiro a setembro/outubro de 1974. Tendo feito tudo isso, antes de sua chegada a Junta já havia apertado os parafusos e reduzido a taxa anual de aumento do dinheiro para 200% a partir de outubro 1974, e entre janeiro e março de 1975 elevou a oferta monetária em apenas 40% (contra 52% durante os mesmos meses do ano anterior). No entanto, a despeito de sua teoria quantitativa da moeda os preços continuaram a subir - na verdade,



aceleraram durante estes meses, como era costume no Chile – totalizando um aumento de 60% durante os primeiros três meses de 1975, logo antes da sua chegada, Milton Friedman. Além disso, a Junta já tinha iniciado a política de redução do emprego público no ano anterior, prometendo diminuí-lo em mais 20% até o final de 1975. Ademais, a Junta já se tinha despojado de muitas empresas públicas e já tinha realizado um corte generalizado de 10% no orçamento estatal total (embora, realisticamente falando, as "circunstâncias" exigissem, evidentemente, um grande aumento no orçamento militar). Mas o remédio de Chicago não funcionou bem o suficiente para conter a maré inflacionária, agora que tinha feito o seu trabalho de cortar salários e concentrar renda e riqueza, e a sua continuação estava se tornando problemática. O seu diagnóstico, Milton Friedman, não foi, evidentemente, que o seu medicamento não era bom, exceto para cada vez menos beneficiários; o paciente é que não teria tomado o seu medicamento em quantidade suficiente. De acordo com a sua opinião, os apelos da Junta a circunstâncias atenuantes eram realmente irrelevantes, e ela estava diante de uma simples escolha: entre continuar a administrar a mesma dose do seu medicamento à custa de uma inflação prolongada e de um desemprego duradouro, ou de fazer o paciente chileno engolir uma superdose, cujo choque iria sem dúvida aumentar ainda mais o desemprego a curto prazo, como você admitiu publicamente, Milton Friedman, mas que eventualmente curaria rapidamente o paciente da inflação - se não o matasse imediatamente!

Então você prescreveu um "tratamento de choque" que consistia em uma nova redução dos gastos públicos em mais 25%, de uma só vez, e em contrair salários e vencimentos ainda mais drasticamente, junto com o aumento esperado do desemprego. Como "antídoto" para "administrar" o paciente em seu previsível estado de choque, você e a Junta concordaram ainda em criar um programa "emergencial" de emprego "mínimo" a cargo do Estado e dos municípios – sem a seguridade e os bônus do emprego público convencionais -, e em "promover" "novos" empregos no âmbito da iniciativa privada, por meio da isenção de pagamento das contribuições regulares para a previdência social e do oferecimento de outros subsídios. O resultado tem sido, é claro, que os órgãos públicos, os municípios e os empregadores privados têm cada vez mais demitido os seus antigos empregados, que tinham direito a determinados bônus, seguridade social, serviços de saúde etc. – direitos esses que, de todo modo, a política de Chicago/Junta quer abolir como uma violação da "liberdade" do mercado -, substituindo-os *parcialmente* por "novos" funcionários



que às vezes eram as mesmas pessoas, fazendo o mesmo trabalho, porém com salários ainda mais baixos e benefícios reduzidos. Assim, esse “antídoto” serve realmente para fortalecer o segundo elemento do seu remédio de choque, ou seja, reduzir salários e vencimentos. Numa palavra: superexploração do trabalho.

Mas voltando ao primeiro elemento do seu tratamento de choque, Milton Friedman, a Junta argumentou que já tinha cortado o seu orçamento em 10%, de modo que cortar outros 25% já era pedir demais. O compromisso, como recordarão, era reduzir as despesas cambiais em 25% – cortando drasticamente as importações – tendo em vista diminuir o orçamento doméstico em escudo em “apenas” 15%, supondo que a prometida queda da inflação a reduziria a 50%. Nesse caso, mesmo sem levar em conta o multiplicador keynesiano, uma redução das despesas públicas de 15% ou 25% (caso se some a esses 15% os 10% anteriormente cortados), numa economia em que o gasto público representava entre 30% e 40% da renda nacional, haveria de reduzi-la em 7% (considerando, digamos, uma redução de 20% em uma parcela de 35%), com efeitos concomitantes sobre o desemprego e a produção. O que aconteceu? Bem, a taxa de inflação não caiu para 50%, conforme prometido. Em vez disso, como observamos, a inflação média mensal foi apenas 0,8% inferior em 1975 do que em 1974, e a sua taxa anual diminuiu apenas de 376% para 340%. Isto significou que o tratamento de choque de redução orçamentária nominal de 15%/25% nos gastos públicos em escudo resultou em um declínio real desses gastos de 30% a 40%, e em redução ainda maior, talvez de 65%, das despesas públicas em bens e serviços (exceto pagamentos a funcionários públicos). Isto é, à taxa real de inflação, pode-se estimar que o declínio real de, digamos, 35% no gasto público (que representa cerca de 35% da renda nacional), resulta em um declínio imediato da renda nacional da ordem de 10% ou mais. Não é de se admirar que o PIB tenha diminuído ao menos 13% em 1975. Portanto, este declínio não pode ser atribuído total ou mesmo principalmente à redução das receitas provenientes das exportações de cobre. Também não é de se admirar que o tratamento de choque tenha acelerado o declínio da produção industrial, passando de uma queda anual de 15% antes da superdose do seu medicamento, Milton Friedman, para 25%, alguns meses depois. Tudo isto prova que você estava certo, Milton Friedman, ao dizer à Junta que nem Allende nem o mundo são os culpados pela sua política e pelas suas consequências. Não, a própria Junta é responsável por engolir o anzol, a linha e a chumbada de sua teoria, e por administrar o seu tratamento de choque ao paciente chileno sob a ponta de suas baionetas.



Finalmente, podemos investigar mais detalhadamente qual é a recepção e a reação internacional, em palavras e fatos, à política de genocídio econômico de Chicago/Junta e ao seu tratamento de choque, bem como à repressão política e militar necessária à sua administração. Como vimos, a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Congresso dos Estados Unidos, vários governos da Europa Ocidental, a imprensa e a opinião pública condenaram a Junta e, por vezes, a vocês pessoalmente, Milton Friedman e Arnold Harberger, em múltiplas resoluções e declarações públicas. No entanto, embora a Junta se queixe ruidosamente da campanha "marxista internacional" para desacreditá-la, o superministro da Junta, Cauas, encarregado de administrar seu remédio, Milton Friedman, afirma (em entrevista ao *El Mercurio*, a 18 de janeiro de 1976) que

não obstante, seu sucesso [dos detratores] tem sido muito limitado. Hoje a nossa política econômica é amplamente apoiada em todos os fóruns internacionais e por isso podemos desfrutar de uma situação na nossa balança de pagamentos que nos permite olhar para o futuro com otimismo, apesar do baixo preço do cobre [...]. No exterior a nossa política econômica é considerada correta e considera-se muito difícil que uma alternativa séria possa ser gerada [...]. Os relatórios técnicos das agências internacionais especializadas são categóricos no apoio à nossa política [...]. Não temos problemas com nenhuma instituição financeira internacional. Pelo contrário, podemos contar com um amplo apoio externo, desde que mantenhamos uma política econômica coerente e racional, que não afete a situação da nossa balança de pagamentos. Como é óbvio, se adotássemos uma política mais expansiva, rapidamente teríamos problemas com os meios de comunicação financeiros internacionais, uma vez que estes deixariam de apoiar um país que teria que suspender os seus pagamentos internacionais como consequência de uma política econômica tão expansiva.

E como você está certo neste ponto, superministro friedmanista Cauas!

Enquanto a Assembleia Geral das Nações Unidas condena a Junta por violação dos direitos humanos, o Presidente do Banco Mundial, McNamara, diz que utiliza apenas critérios econômicos e não políticos na decisão sobre empréstimos; e, com o apoio dos EUA, ignora as objeções dos membros europeus e concede um novo empréstimo de 33 milhões de dólares à Junta. Pelas mesmas razões "econômicas" citadas por Cauas, McNamara não emprestou um único centavo a mais ao presidente Allende. Mas em dois anos de domínio da Junta e da economia de Chicago, McNamara já tinha emprestado à Junta 100 milhões de dólares, antes de acrescentar os 33 milhões acima mencionados. A sua instituição irmã, o Fundo Monetário Internacional, emprestou à Junta 420 milhões de dólares, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento outros 400 milhões, de modo que o apoio categórico



das instituições financeiras internacionais de que falou Cauas havia atingido 920 milhões de dólares (e agora mais de 950 milhões). Em comparação, Allende recebeu 65 milhões.

Da mesma forma, quando o congressista norte-americano Harrington chamou a real política dos EUA de um escárnio ao Congresso norte-americano - que tomou testemunhos da CIA e da ITT¹¹ sobre as conspirações dos EUA contra Allende, e que aprovou resoluções contra a Junta, - ele sem dúvida sabia sobre o que estava a falar. Mas mesmo de acordo com os registos financeiros públicos, a Junta recebeu 680 milhões de dólares em empréstimos dos Estados Unidos - 380 milhões ou 56% dos quais foram destinados a pagar empresas americanas de cobre, uma vez que, como observou Cauas, um país que parasse de fazer pagamentos internacionais logo teria problemas com as agências financeiras! Os 920 milhões de dólares das instituições financeiras internacionais controladas pelos EUA, mais os 680 milhões dos Estados Unidos e de seus próprios banqueiros somam 1.600 milhões de dólares em empréstimos à Junta provenientes destas fontes. Adicionando 120 milhões de fontes latino-americanas, principalmente Brasil e Venezuela, e outros 280 milhões de dólares de fontes da Europa Ocidental e do Japão, o total de empréstimos à Junta nos 27 meses anteriores a 31 de dezembro de 1975 atingiu a bela soma de 2 bilhões de dólares, ou cerca de 3 milhões por dia e quase 100 milhões por mês. Ao mesmo tempo, para que o congressista Harrington não lamente o escárnio em vão, os Estados Unidos entregaram mais armamentos à Junta chilena do que a qualquer outro país latino-americano, com exceção do Brasil, e muito mais armas per capita, quesito no qual a Junta é superada apenas por países como Israel, Irã e Arábia Saudita. Desde então foi aprovada pelo Senado a emenda de Edward Kennedy que determina a suspensão da ajuda e das vendas de armas à Junta - mas a Câmara dos Deputados não aprovou uma medida semelhante, apoiada por Harrington. A comissão conjunta encarregada de chegar a um acordo propôs agora eliminar a ajuda, mas manter as vendas (em dinheiro) de armas à Junta chilena - que agora está disposta a pagar à vista 132 milhões de dólares em armamentos, isto é, 83% das suas receitas de 1975 provenientes das exportações de alimentos, e só um pouco a mais do que o aumento de 125 milhões de dólares nas exportações de alimentos entre 1973 e 1975 que, com a utilização de

¹¹ International Telephone and Telegraph Corporation, empresa norte-americana que à época era uma das maiores corporações mundiais em capitalização de mercado, profundamente imbricada ao complexo industrial-militar dos EUA, que teve atuação decisiva na desestabilização da administração Allende e na promoção do golpe militar de 11 de setembro de 1973.



armamentos agora talvez obsoletos ou insuficientes, a Junta logrou espremer da população faminta do Chile por meio da política de genocídio econômico de Friedman-Harberger!

Andre Gunder Frank (abril de 1976)

Doutor em Economia

Universidade de Chicago, 1957

Sobre o autor

Andre Gunder Frank

Doutor em Economia pela Universidade de Chicago. Em mais de cinco décadas de dedicação acadêmica, atuou como professor em departamentos de antropologia, economia, geografia, história, relações internacionais, ciência política e sociologia em nove universidades norte-americanas, cinco europeias, e três latino-americanas, incluindo a Universidade de Brasília (Unb). Reconhecido como um dos fundadores da Teoria da Dependência, e também por seus estudos em teoria das crises econômicas e em história econômica mundial, ao longo de sua trajetória teve mais de 1000 trabalhos publicados, incluindo 43 livros, em 30 idiomas.

O autor é o único responsável pela redação do artigo.

Sobre os tradutores

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

Graduado em Economia, Mestre e Doutor em Sociologia e Pós-Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutor em Sociologia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e Pesquisador do CNPq.

Henrique Pereira Braga

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e Doutor em Ciências Econômicas, área de teoria econômica, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

